



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO



**Diputació  
Barcelona**

REGIONE  
TOSCANA



ALCALDÍA MAYOR  
DE BOGOTÁ D.C.



MUNICIPALIDAD  
DE SAN JOSÉ

**GOBIERNO DE SANTA FE**



**FIIAPP**  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA



urbsocial



urb-al III  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

## AGENDA URBsocial Bogotá 2012

**URBSocial**, Diálogo Euro-Latino-Americano sobre Coesão Social e Políticas Públicas Locais, é uma atividade organizada no âmbito do Programa URB-AL III.

O terceiro Diálogo **URBSocial**, intitulado "A governar o local: para um futuro inclusivo e sustentável, " teve lugar em Bogotá, Colômbia, durante os dias 24, 25 e 26 de Outubro de 2012.

As suas instituições organizadoras, recolhendo as contribuições dos participantes procedentes de países latino-americanos e da União Europeia, elevam à opinião pública as constatações, recomendações em matéria de coesão social e desenvolvimento, e os compromissos que dão forma à **Agenda URBsocial Bogotá em 2012**.

Se o primeiro **URBSocial** punha ênfase na necessidade de mais política pública, e o segundo na inovação como instrumento básico para avançar no caminho da coesão social; capitalizando as conclusões e debates dos encontros anteriores que continuam a estar vigentes, **URBSocial 2012** põe de manifesto a importância crucial de superar visões "curtoprazistas" ao construir estratégias de desenvolvimento a partir do local.

### CONSTATACIONES

- O contexto global atual, e em particular o da América Latina e da Europa, difere em grande medida tanto do que existia no início do programa URB-AL III, há quatro anos, como do de 2010, quando teve lugar o primeiro diálogo **URBSocial**. A crise económica, financeira e social foi aprofundando-se. Apesar dos impactos em ambas as regiões serem diversos, constatamos uma tendência comum: o incremento constante das desigualdades sociais.
- Se comparamos os anos de início e finalização do Programa URB-AL III, constatamos o reposicionamento de ambas as regiões na esfera internacional. Também notamos que as agendas do desenvolvimento e da cooperação acusaram o impacto da crise e foram sofrendo um processo de reorientação, ao calor dos grandes debates que tiveram lugar durante o dito período (como, por exemplo, a Agenda de Busán 2011 ou Rio+20).
- Constata-se que os governos locais e regionais já são plenamente reconhecidos como atores essenciais do desenvolvimento e da cooperação.
- Constata-se a importância dos governos locais e sub-estatais como articuladores de atores e geradores privilegiados de cursos de ação capazes de criar dinâmicas sinérgicas que promovam o desenvolvimento inclusivo económico e social dos territórios. Por isso, continua-se a constatar o impacto positivo do público sobre a qualidade de vida da cidadania.



Diputació  
Barcelona



GOBIERNO DE SANTA FE



FIIAPP  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA



**urbsocial**



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

- Consta-se que em matéria de desenvolvimento, cooperação e políticas públicas, é tão necessário continuar a apoiar processos e dinâmicas postas em andamento graças a elas, como gerar iniciativas novas. Portanto, avançar no caminho do desenvolvimento requer adotar uma visão de médio e longo prazo não apenas para o futuro, mas também para trás, que permita avaliar melhor onde estamos, bem como identificar processos e dinâmicas postas em andamento graças a ingentes esforços coletivos e financeiros que podem carecer do impulso e continuidade suficientes para gerar mudanças e consolidar-se, e que vale a pena apoiar.
- Consta-se que a sustentabilidade das políticas públicas depende em grande parte da concepção das mesmas. Neste sentido, as políticas públicas locais que têm aparência de ser mais sustentáveis e de contribuir em maior medida para o desenvolvimento inclusivo de um território e, por consequência, a melhorar o bem-estar dos seus cidadãos são aquelas que incorporam na sua concepção - e fomentam - aspectos como: a igualdade e a inclusão social, o sentido de pertença, o reconhecimento da diversidade, a legitimidade das instituições e a participação cidadã.
- É necessário que os governos locais continuem a apostar pela governança multinível e por iniciativas coordenadas entre os diversos níveis de governo. É necessário também que apostem em converter os seus territórios em espaços de articulação e criação de sinergias entre todos os atores públicos e privados do território, bem como entre os diversos níveis de governos que agem sobre o mesmo.
- Consta-se a importância da cooperação descentralizada como mais um instrumento de desenvolvimento sócio-económico e de projeção externa dos territórios. Isto é tão válido a respeito das iniciativas tradicionais de cooperação <<norte-sul>>, quanto das novas modalidades de cooperação <<sul-sul>>.
- Consta-se que a cooperação descentralizada segundo um modelo de parceria não apenas é inovadora, mas também reforça as relações horizontais entre pares e maximiza os resultados e produtos da cooperação. A especificidade dos atores sub-estatais dota de sentido e valor acrescentado as relações de parceria, em benefício de todas as partes envolvidas. Além do mais, constata-se a aparição de novas modalidades de cooperação que superam dinâmicas tradições <<norte-sul>>.
- Consta-se, finalmente, que a agenda de desafios que motivou a Comissão Europeia a impulsionar programas regionais sobre políticas públicas em prol da coesão social e do desenvolvimento continua vigente.



**Diputació  
Barcelona**



**REGIONE  
TOSCANA**



**OICS**



**ALCALDÍA MAYOR  
DE BOGOTÁ D.C.**



**MUNICIPALIDAD  
DE SAN JOSÉ**

**GOBIERNO DE SANTA FE**



**FIIAPP**  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA



urbsocial



urb-al III  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

## RECOMENDACIONES

### Sobre a dimensão produtiva e ocupacional da coesão social

- O desenvolvimento económico local requer necessariamente a articulação de todos os atores do território, e em particular da geração de alianças público-privadas.
- O tecido produtivo local e o desenvolvimento integral do território fortalecem-se através do fomento de processos de inovação, capacitação, formalização de emprego e melhoria das condições sociais da população.
- As políticas de desenvolvimento económico local devem ser formuladas e executadas de uma perspectiva integral, levando em conta as potencialidades endógenas do território, e sob um enfoque de associatividade e encadeamentos produtivos
- O desenvolvimento local é um projeto de longo prazo. As estratégias adotadas a respeito disto devem, portanto, incorporar um olhar de longo fôlego a respeito de cursos de ação e a sequência de objetivos a atingir. Também requer um alto grau de consistência intertemporal nas diretrizes básicas dos mesmos, mais além da alternância dos elencos governamentais.
- A obtenção de capacidades e o fomento do desenvolvimento individual podem ser conseguidos através de uma educação técnica formal de acordo com o meio territorial, o que acarretará no desenvolvimento local.

### Sobre a dimensão social da coesão social

- O desenvolvimento local é mais inclusivo na medida em que as políticas, planos e projetos levam em conta as condições diferenciadas e as próprias características, interesses e necessidades dos diferentes grupos populacionais: (diferenças etárias, étnicas, de género, entre outras). Desenvolvimento local inclusivo requer que se conceda o mesmo valor à diversidade de pessoas, garantindo igualdade de direitos e oportunidades
- O desenvolvimento social deve ser acompanhado pelo fortalecimento de processos educativos e a promoção do capital social.
- As políticas, planos e projetos sociais devem ser formulados a partir de diagnósticos inclusivos e participativos para responder às necessidades reais e específicas da cidadania, transcendendo o modelo assistencialista e promovendo o empoderamento dos atores de maneira que se produzam mudanças na posição e condição das populações mais vulneráveis.





**urbsocial**



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

- Para compensar a crise gerada a partir do modelo económico global que gera "descoesão", é necessário manter, **mais do que nunca, programas e projetos em prol da coesão social**, e uma forte presença das instituições públicas nacionais, locais e intermédias que garantam o acesso aos direitos e serviços básicos.
- No médio e longo prazo, é necessário manter o acesso universal a serviços sociais básicos e o desfrute de um nível aceitável de segurança urbana como objetivos centrais da agenda pública dos governos subnacionais.

### **Sobre a dimensão cívica da coesão social**

- É necessário pensar e conceber as políticas públicas em função do sempre vigente objetivo de construção de cidadania ativa. É necessário, portanto, que estas deixem de contemplar os cidadãos como meros receptores passivos de decisões públicas. Pelo contrário, é necessário que estas lhes impulsionem a converter-se em sujeitos ativos e orientadores do seu próprio desenvolvimento.
- A construção de cidadania ativa requer o incentivo público da participação cidadã. Algumas ferramentas que podem potencializar a participação cidadã são as comissões cidadãs; as mesas multi-sectoriais; as mesas de convénio público-territoriais e os pactos territoriais.
- A identificação compartilhada de problemáticas que devem ser consideradas de natureza pública e de estratégias para lhes fazer frente facilita a construção de vínculos sociais e sentido de pertença, e, portanto, de cidadania ativa.
- É necessário reconstruir, desde o nível local, uma consciência cívica e valores que permitam lutar contra a intolerância e a exclusão.
- A construção de cidadania ativa deve ser pensada como um projeto político permanente que está relacionado **com a qualidade da governança pública**, para o qual se deve apontar mediante estratégias de curto, médio e longo prazo.

### **Sobre a dimensão territorial da coesão social**

- O reconhecimento que as políticas de gestão do território transcendem os aspectos técnicos e afetam diretamente aspectos relacionados com o desenvolvimento social, económico, cultural e humano dos territórios permite uma planificação mais integral e estratégica do desenvolvimento. Esta visão estratégica deveria ficar plasmada em Planos Integrais de Desenvolvimento, formulados a partir do acordo e da liderança política do Governo Local e apostando na superação de uma visão político-partidária da gestão de um território.
- É estratégico continuar a aproveitar **as capacidades técnicas adquiridas e as redes e partenariados formados através das experiências de cooperação territorial**, com o





**urbsocial**



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

fim de capitalizar experiências que contribuam ao desenvolvimento integral dos territórios.

- Os regulamentos, processos e estratégias de gestão do território devem apostar à sustentabilidade meio ambiental.
- A redução de desequilíbrios territoriais deve ser pensada como um projeto político permanente para o qual se deve apontar mediante estratégias de curto, médio e longo prazo.
- Fazendo uso de material educativo desde os Concelhos Municipais de Desenvolvimento Educativo até o Ministério de Educação (local a nacional), promover a identidade local, transmitir conhecimentos básicos sobre a administração do território, integrar a população desde uma idade precoce à tomada de decisões do território, fomentar a participação cidadã em educação: primária, média e superior.

### **Sobre a dimensão institucional da coesão social**

- O fortalecimento institucional dos Governos Locais dar-se-á na medida em que estes consigam, entre outras coisas:
  - Formalizar processos de articulação multinível e multi-sectorial, reconhecendo as complexidades nas realidades territoriais;
  - Gerar confiança e legitimidade frente à cidadania por meio de processos de prestação de contas, gestão transparente dos recursos, fomento de processos participativos e de incidência cidadã, entre outros;
  - Integrar produtivamente a visão política e técnica na gestão pública.
- Para facilitar a formulação e implementação de políticas públicas a nível local, é preciso uma definição mas clara do marco de competências e um aprofundamento dos processos de descentralização e desconcentração. Também é necessária a construção de marcos regulatórios, normativos e fiscais que sejam coerentes com a legislação nacional e que transcendam as mudanças de governo e o financiamento externo.
- O fortalecimento institucional e a melhoria da fiscalidade local devem ser pensados de maneira relacional e bidirecional.
- Os governos locais costumam gastar grande parte dos seus escassos recursos na solução de problemas herdados do passado. Por isso, deve reconhecer-se a importância de governar bem hoje, para que amanhã não seja preciso destinar escassos recursos a paliar o que não foi bem feito no seu momento. O bom governo local, pela sua parte, requer um adequado nível de desenvolvimento institucional e um adequado fluxo de recursos provenientes de tributação e financiamento público.



**Diputació  
Barcelona**



**REGIONE  
TOSCANA**



**OICS**



**ALCALDÍA MAYOR  
DE BOGOTÁ D.C.**



**MUNICIPALIDAD  
DE SAN JOSÉ**

**GOBIERNO DE SANTA FE**



**FIIAPP**  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA



**urbsocial**



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

- Não é possível a coesão social sem um financiamento adequado das políticas públicas que a impulsionam. Um adequado financiamento das políticas públicas, no entanto, não leva necessariamente a uma maior coesão social. Depende da natureza das políticas e da capacidade dos governos territoriais de se manejar estrategicamente num contexto de governança.
- Num contexto de recursos escassos e de crise global, é necessário elaborar estratégias alternativas de financiamento das ações, como, por exemplo, melhorar a capacidade de arrecadação dos governos locais, gerar cultura tributária na cidadania e promover alianças sociais de base territorial.
- A nível local, é necessário **promover uma cultura de planificação, seguimento e avaliação, transcendendo a visão de projeto para uma visão de política pública local.**
- O fortalecimento institucional e a melhoria da fiscalidade local devem ser pensados como objetivos políticos permanentes para os quais se deve apontar de forma consistente mediante estratégias de curto, médio e longo prazo.
- Estabelecer um observatório sócio-económico que recompile, analise e apresente de forma contínua estes aspectos (sócio-económicos), de maneira que se apoiem os processos de desenvolvimento territorial integral e sustentável.

#### **Quanto à cooperação internacional:**

- É necessário impulsionar um modelo de cooperação descentralizada interterritorial socialmente **inclusiva, recíproca, horizontal, baseada em parcerias, que potencialize o papel de todos os atores do sistema territorial,** que aposte na constituição de redes que deem protagonismo aos governos locais da América Latina não apenas como receptores, mas como impulsores de iniciativas, e que combine modalidades de cooperação Norte-Sul com iniciativas de cooperação Sul-Sul.
- Alguns dos eixos temáticos essenciais a serem abordados por este novo modelo de cooperação são:
  - o fortalecimento do papel da cidadania na gestão local;
  - o fortalecimento dos processos educativos e culturais;
  - o fortalecimento dos processos de descentralização, tanto de competências como de recursos;
  - a geração de emprego decente;
  - a migração, a mobilidade humana e a segurança urbana;
  - a cooperação transfronteiriça e a integração regional.



**Diputació  
Barcelona**



**GOBIERNO DE SANTA FE**



**FIIAPP**  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA



**urbsocial**



**urb-al III**  
Oficina de Coordinación y Orientación - OCO

- Na definição das suas prioridades, a cooperação internacional deve analisar e tomar em conta as diferenças existentes na distribuição do ingresso e do bem-estar entre diferentes territórios de um mesmo país. O conceito de renda média não pode ser um critério único de seleção para os países beneficiários da cooperação.

## COMPROMISSOS

As instituições organizadoras deste Terceiro Diálogo Euro-Latino-Americano sobre Coesão Social e Políticas Públicas Locais comprometem-se a:

- Dar a conhecer e difundir a presente Agenda **URBsociAL** Bogotá 2012, promovendo a adesão à mesma de governos locais e regionais da Europa e da América Latina.
- Apresentar as principais conclusões do **URBsociAL** 2012 às diferentes associações e redes de governos locais, às agências internacionais e às instituições da União Europeia.
- Continuar a promover espaços de diálogo, reflexão e troca de experiências entre eleitos e líderes locais, que permitam aprofundar na aprendizagem e no impulso de marcos de referência nos processos de construção e implementação de políticas públicas locais.
- Continuar a apostar pela coesão social como um meio e como um fim para conseguir cidades e territórios inclusivos e que possam desenvolver todas as suas potencialidades.
- Continuar a procurar sinergias com as diversas iniciativas que impulsionem os objetivos do programa URB-AL III na região latino-americana.
- Pôr em valor a importância de programas como URB-AL, que põem no centro os governos locais e regionais, apostando pelo intercâmbio de conhecimento e pela aprendizagem mútua. Ressaltar a importância de dar continuidade aos sucessos do programa e valorizar os instrumentos gerados.
- Continuar a apostar por iniciativas de cooperação entre governos locais e regionais da América Latina e Europa que sejam inovadoras e que não estejam baseadas na transferência de recursos financeiros.

[www.urb-al3.eu](http://www.urb-al3.eu)  
[www.urbsocial.eu](http://www.urbsocial.eu)



**Diputació  
Barcelona**



**REGIONE  
TOSCANA**



**OICS**



**ALCALDÍA MAYOR  
DE BOGOTÁ D.C.**



**MUNICIPALIDAD  
DE SAN JOSÉ**

**GOBIERNO DE SANTA FE**



**FIIAPP**  
COOPERACIÓN ESPAÑOLA

